

## O DIREITO ELEITORAL E A PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: UM EQUILÍBRIO DELICADO

### Autor(es)

Stace Liz Carneiro  
Sidnea Aparecida Pereira  
Habib Ribeiro David  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto  
Felipe De Almeida Campos  
Cintia Batista Pereira

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

O direito eleitoral brasileiro enfrenta um desafio constante ao equilibrar a proteção da liberdade de expressão com a necessidade de regulamentação das campanhas eleitorais. A Constituição de 1988, em seu artigo 5º, IV, garante a livre manifestação do pensamento, essencial para a democracia. No entanto, a legislação eleitoral impõe restrições que visam prevenir abusos e desinformação, especialmente em um contexto marcado por redes sociais e fake news. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem se posicionado sobre esses temas, buscando preservar a integridade do processo eleitoral sem cercear a liberdade de expressão. Este trabalho analisa as tensões entre esses direitos fundamentais, considerando decisões judiciais e o impacto das novas tecnologias.

### Objetivo

Examinar como o direito eleitoral brasileiro equilibra a proteção da liberdade de expressão e as regulamentações necessárias para garantir eleições justas e transparentes.

### Material e Métodos

A pesquisa será realizada por meio de revisão bibliográfica e análise de jurisprudência relevante do TSE e STF. Serão considerados artigos acadêmicos, livros especializados e dados sobre campanhas eleitorais. A abordagem qualitativa permitirá uma compreensão profunda das interações entre liberdade de expressão e direito eleitoral, enquanto a análise quantitativa fornecerá dados concretos sobre tendências e desafios.

### Resultados e Discussão

Os resultados indicam que as restrições à liberdade de expressão durante as eleições são frequentemente justificadas pela necessidade de proteger a integridade do processo democrático. Contudo, decisões como a ADPF 548 demonstram que o STF defende a liberdade de expressão como um pilar fundamental da democracia.

A regulamentação da propaganda eleitoral deve ser equilibrada para evitar abusos sem comprometer o debate público. As novas tecnologias, especialmente as redes sociais, complicam ainda mais essa dinâmica, exigindo uma reavaliação contínua das normas eleitorais.

### Conclusão

O direito eleitoral brasileiro deve encontrar um equilíbrio entre proteger a liberdade de expressão e garantir um processo eleitoral justo. As reformas necessárias devem considerar as transformações sociais e tecnológicas atuais. A educação política é fundamental para capacitar cidadãos a exercerem seus direitos de forma consciente, contribuindo para uma democracia mais robusta.

### Referências

Foram incluídas obras sobre direito eleitoral, jurisprudência do TSE e STF, além de artigos acadêmicos que abordem a intersecção entre liberdade de expressão e direito eleitoral.

Liberdade de expressão no contexto eleitoral na jurisprudência do STF

Liberdade de expressão x Propaganda eleitoral

livro digital: Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão

Liberdade de expressão em campanhas eleitorais: a imputação ...

Eleições 2024 gera desafios para o campo do Direito Eleitoral no Brasil

Lei das Eleições

O Direito Eleitoral como elo entre a democracia e a representação política